

15035 - Política desenvolvimentista e desterritorialização na Amazônia: a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e o desrespeito às comunidades ribeirinhas do Xingu, na Amazônia Paraense.

Development policy and dispossession in the Amazon: the construction of the Belo Monte Dam and disrespect riverine communities of the Xingu, in the Amazônia Paraense.

SILVA, Darlene Costa da¹; BEZERRA, Tássia Stêfany Lima²; SANTOS, Jociane Barbosa²; HERRERA, José Antonio³

¹Graduanda em Geografia/UFGA/LEPGEH/GEDTAM – Altamira, darlene-silva1@hotmail.com;

²Graduandas em Engenharia Agrônômica/UFGA/LEPGEH/GEDTAM – Altamira, agrotassia@hotmail.com, jociane.santos@outlook.com; ³Docente/UFGA/LEPGEH/GEDTAM – Altamira, herrera@ufpa.br

Resumo: Destaca-se neste texto o quanto as comunidades são desconsideradas pelos grandes projetos na Amazônia, desrespeitando às dinâmicas socioambientais existentes. No texto, analisa-se a desterritorialização de comunidades impactadas pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte, microrregião de Altamira – Sudoeste do Pará. Como procedimentos metodológicos foram realizadas: entrevistas com as famílias; registros fotográficos sistematizando a degradação dos recursos naturais e o acompanhamento de protestos contra o empreendimento. Durante a pesquisa, período 2011/2012, o grupo de estudo (GEDTAM) verificou que a construção da Hidrelétrica altera o modo de vida das famílias impactadas. As transformações ambientais transcendem os aspectos sociais, produtivos e econômicos, afetando a relação das famílias com ambiente. Historicamente as famílias estabeleceram a relação harmoniosa com os recursos naturais, praticando a pesca, a produção de farinha, hortas e frutas nativas nos quintais às margens do rio Xingu.

Palavras-chave: Amazônia; grandes projetos; famílias ribeirinhas; lugar; pertencimento.

Abstract: This paper highlights how communities are ignored by the major projects in the Amazon, disregarding the existing socio-environmental dynamics. The text analyzes the dispossession of communities impacted by Belo Monte Hydroelectric Development, in Altamira - Southwest Pará. Methodologically adopted as procedures: interviews with families; photographic records systematizing the degradation of natural resources and monitoring of protests against the project. During the research period 2011/2012, the study group (GEDTAM) found that the construction of hydroelectric amends livelihoods of affected families. The environmental changes transcend the social, productive and economic, affecting the relationship of families with environment. Historically families established a harmonious relationship with natural resources, practicing fishing, production of flour, vegetable gardens and native fruits in backyards on the banks of the Xingu River.

Keywords: Amazon; major projects; riverine families, place, of belonging.

Introdução

O mote é proporcionar elementos para reflexão acerca da contradição inerente à formação econômica e social do Brasil, como pensar o desenvolvimento do país, regional, local ou rural levando em consideração as dinâmicas locais, sobremaneira a relação que as famílias estabelecem com os recursos naturais e os sentimentos de pertencimento e dependência do lugar, do ambiente em que historicamente se propuseram a viver e trabalhar.

Na verdade, nota-se no país que em busca do “desenvolvimento” se sobrepõem interesses e lógicas que ao condicionar as populações locais, os ambientes são

degradados e os recursos naturais utilizados como matéria prima, mercadoria barata como subsidio aos lucros facilitados dos grandes empreendedores capitalistas.

Na Amazônia, em particular na microrregião de Altamira, Sudoeste do Pará, a história se repete. Grandes projetos que utilizam dos recursos naturais como fonte primária são estimulados pelos governantes como via para o desenvolvimento. A Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, não só vai transformar um recurso natural, a água, em mercadoria, inclusive adotando o lema “energia limpa e barata”, como vai desfazer e descaracterizar relações históricas entre homem e natureza. Afinal, famílias inteiras que se relacionavam harmoniosamente com a terra, com a floresta e com o rio, estão sendo expulsos, expropriados e espoliados do ambiente natural.

A saber, o Rio Xingu nasce a oeste da Serra do Roncador e ao norte da Serra Azul, no leste do Mato Grosso e corre na direção sul-norte, paralelo aos rios Tapajós e Tocantins. Após percorrer pouco mais de 2 mil quilômetros, deságua ao sul da Ilha de Gurupá (PA), na margem direita do Amazonas, do qual é um dos maiores afluentes (ISA, 2012).

A construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, terá um barramento principal na Volta Grande do Xingu e outras intervenções no curso do rio, provocando consequências diretas às famílias residentes da área. Essas transformações afetam os aspectos ambientais, sociais, produtivos e econômicos de centenas de famílias que historicamente trabalham em consonância com o rio. Segundo Borges (2011), as famílias que vivem as margens do Xingu, ou nas centenas de ilhas que se formam ao longo do mesmo, serão afetados pela construção da Usina de Belo Monte e muitos ainda não sabem onde vão morar quando as águas começarem a subir.

Ressalta-se que essas famílias têm como base alimentar o pescado, a farinha, as hortaliças e as frutas produzidas nos quintais às margens do rio. Os rendimentos financeiros são gerados mediante a produção artesanal, a comercialização de pescados e do excedente gerado com a plantação feita para o abastecimento familiar. Essa prática permite às famílias vínculos sociais que garantem a construção coletiva da comunidade, uma vez que inicialmente as relações são estabelecidas entre os vizinhos e só depois de saturadas as possibilidades entre eles os mesmos destinam seus produtos ao mercado local, principalmente na feira do produtor de Altamira.

Segundo Sônia Magalhães (2009), pesquisadora do Departamento de Ciências Humanas do Museu Goeldi (PA), existem dois tipos de povoamento na área de influência de Belo Monte: o mais antigo, representado por populações ribeirinhas típicas da Amazônia, de origem indígena ou não, com menor relação com o mercado; e o mais recente, se inicia com a colonização na região promovida pelo Estado na década de 1970 (ISA, 2012).

O que se percebe é que nem os traços culturais gerais e nem as especificidades de cada comunidade têm sido respeitadas, pelo contrário, nota-se a homogeneização dos fatos e feitos para se buscar desvalorizar a história e desocupar o lugar, acarretando com isso, a bem da verdade, custos menores para os empreendedores estimulados pelo Estado.

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2005), o afastamento das famílias do ambiente historicamente usado; a ruptura do sentimento de pertencimento; a mudança na apropriação dos recursos naturais; e a vulnerabilidade social face às estratégias desenvolvimentistas das políticas governamentais.

Além de compreender as transformações cotidianas do território, buscou-se valorizar a importância dos sujeitos locais, ao passo em que se registrava a desestruturação das comunidades. Para isso, articulou a pesquisa ao ensino na perspectiva de contribuir para formação de indivíduos capazes e dispostos a contribuir para superação das atuais condições de desigualdade e exclusão social.

Metodologia

Adotou-se o método observacional, de natureza sensorial, essencialmente ver e escutar considerado por Gil (2000) fundamental nas investigações empíricas.

Ao longo dos anos 2011/2012 foram realizadas oito (08) visitas as comunidades, possibilitando 47 (quarenta e sete) entrevistas com membros das famílias afetadas do universo de 137 (cento e trinta e sete) famílias de 4 (quatro) comunidades na Volta grande do Xingu. Como resultado desta etapa da pesquisa foi elaborado o diagnóstico com os transtornos ocorridos nas comunidades, podendo constituir mapas e o banco de dados com as informações.

Resultados e discussões

É fato que um grande empreendimento hidrelétrico gera consequências, ambientais, econômicas, em particular nas vidas das pessoas residentes na área. Magalhães (2009) destaca que a construção das hidrelétricas de Sobradinho, Itaipu e Tucuruí, segundo dados oficiais, acarretaram na transferência de cerca de cento e cinquenta mil pessoas, isso de modo compulsório.

Em uma das entrevistas, na comunidade Arroz Cru, com um agricultor (71 anos) evidenciou-se o atrelamento das famílias com o rio, a relação com a natureza, a liberdade e a autonomia no cotidiano “[...] rapaz aqui até hoje tudo aqui é bacana, a gente vai no rio pega um peixe, tem a roça e planta, se sai daqui não tem isso aqui não [...]”.

Durante a entrevista o agricultor mencionou as dificuldades de se viver na comunidade, destacando que “[...] a vida diária é grande, mas se não tiver isso aqui, o que vai ser? tenho certeza que vai ser pior”. Segundo o mesmo agricultor (71 anos) as famílias estão habituadas com a dinâmica estabelecida no lugar e, apesar das dificuldades inerentes à vida no campo, elas não gostariam de sair do seu ambiente de vida e trabalho, do lugar de morada e da relação estabelecida com os recursos naturais. Para algumas famílias o distanciamento do rio significa “o fim”.

[...] a sensação de sair daqui é como se estivéssemos em um velório, paz que aqui reinava está acabando [...] antes da instalação da hidrelétrica a comunidade sempre se reunia para festejos religiosos e outros [...] (Agricultor, 71 anos).

A história vivida por uma comunidade é que imprime no território a identidade do grupo social que ali reside. Para Haesbaert (2005) o território pode ser concebido a

partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações político-econômicas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

O território não pode ser entendido como um palco onde a vida acontece, mas um quadro de vida, híbrido de materialidade e interação social. Souza e Pedon (2007) afirmam ser importante a compreensão das relações de poder, as relações com os recursos naturais, as relações de produção ou as ligações efetivas e de identidade entre o grupo social e seu espaço, porém, é relevante também a compreensão de quem domina ou influencia e como domina a influência desse espaço.

Em função das visitas dos empreendedores no local e conversas sobre reassentamento, muitas famílias pararam de produzir e estão dependendo da relação estabelecida com os empreendedores da Belo Monte. De acordo o agricultor (54 anos) “muitos que já receberam as visitas em suas áreas foram orientados a produzirem apenas que seja para sua alimentação até a data de retirada”.

A relação com o ambiente não se faz apenas pelo material. A entrevistada, agricultora de 62 anos, chama atenção no seu relato sobre o sentimento de deixar os corpos de seus entes queridos no cemitério que eles têm no local em que vivem.

[...] A gente tá deixando muita coisa, primeiro nossa história, eu nasci aqui meu umbigo foi cortado aqui, através de parteira nós temos cemitério onde está os restos mortais dos nossos parentes e tudo isso vai ficar pra traz, para nós isso é triste, ter que deixar eles aí, tudo bem, é uma pedra, são ossos, mas é o que a gente gosta, eles estão ficando aí e a nossa história vai deixar de existir, outro dia comentando com os meus irmãos, aqui lembrando as nossas infâncias, hoje a gente lembra porque alguma coisa faz a gente lembrar e se a gente sair daqui a gente vai esquecer disso. Quando nós perdemos nosso irmão a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui, mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui, e agora a gente vai ter que deixar, não é por querer e ele vai ficar aí pra trás e a gente não queria deixar, daqui a gente não queria sair. E existe uma história que eles vão retirar, e tá todo mundo quietinho lá no seu lugar e vamos ter que sair por causa desse projeto que diz que é progresso, que pra nós não tem nada de progresso, só destrói.

Os costumes que essas comunidades geraram durante anos são interrompidos pelo empreendimento, todo trabalho, toda uma vida que não será recompensada nem mesmo pelas indenizações, o dinheiro não pagará o valor do que eles estão deixando no local, afirma uma ribeirinha.

[...] 27 anos que nós mora lá a gente já tá acostumada né a gente tem as coisas lá plantou coisa lá tudo, e pra gente sair daquilo ali meu “fi” num tem dinheiro que pague aquilo ali num tem mesmo, num tem dinheiro que pague mesmo pagando pode pagar milhões e milhões, mas você não sai tranquilo você fica com aquele remorso, oh meu Deus! tanto que nós lutemo aqui e agora nós sair vai vim luz e nós não vamos ganhar luz [...]

Apesar dos relatos, das resistências e aflições as comunidades estão sendo desterritorializadas, o ambiente antes público torna-se privado e dotado de preço. Em nome do “desenvolvimento” mercantilizam-se os recursos naturais e depreciam-se os símbolos e significados tradicionais.

Conclusões

Para não concluir, afirma-se que mais uma vez na Amazônia vivencia-se a lógica de grandes projetos estimulados pelo Estado e operacionalizado pelo Capital, face à desterritorialização de comunidades e desrespeito aos limites dos recursos naturais. A transformação do ambiente torna-se necessária, na verdade, a forma barata de absorver e acumular capital.

Notoriamente, aproveita-se das relações anacrônicas e da abundância de recursos naturais e se estabelece metas conflitantes à lógica dos sujeitos locais. Em pleno século XXI, presencia-se a espoliação dos seres e a degradação do ambiente em nome do “desenvolvimento”.

Insistir em políticas que desrespeitam o lugar e as relações que as famílias estabelecem com a natureza significa continuar com “mais do mesmo”. O correto seria potencializar as atividades locais, respeitando as lógicas e simbologias dos sujeitos locais.

Agradecimentos

Agradecemos as famílias ribeirinhas do Xingu que disponibilizaram seu tempo e compartilharam suas experiências e nos ensinaram a perceber suas realidades com o devido respeito.

Referências bibliográficas:

- BORGES, A. Belo Monte: Moradores de Altamira e ribeirinhos não têm uma ideia exata do efeito da usina sobre suas vidas. **Valor Econômico** - 07/06/2011.
- INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL - ISA, **Especial Belo Monte – Xingu Vivo, Localização**. Disponível em <http://www.socioambiental.org/>. Acessado dia 06/09/2012 às 16: 22 h.
- GIL, A. C.. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 217 p.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. USP. 2005. 1-19 p.
- MAGALHÃES, S. B. As grandes hidrelétricas e as populações camponesas. In. D'INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (orgs). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2ª Ed. Belém: ICSA/UFPB, 2009. p. 443-451.
- SOUZA, E.; PEDON, N. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.